

PROJETO DE REGULAMENTO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS

NOTAS EXPLICATIVAS

Índice

1. QUESTÕES GERAIS	3
1.1 Porque é necessário um Regulamento Tarifário dos serviços de águas (RTA)?	3
1.2 O que é o RTA?	5
1.3 Quais são os objetivos do RTA?	6
1.4 Que entidades estão sujeitas ao RTA?	6
1.5 Que princípios estão subjacentes ao RTA?	6
1.6 Que modelo técnico de fixação do preço está subjacente ao RTA?	7
1.7 Que mecanismos de eficiência estão previstos no RTA?	11
1.8 Como é que se mede a acessibilidade económica do serviço?	13
1.9 A partir de quando são aplicáveis as regras estabelecidas no RTA na determinação de tarifas dos sistemas de titularidade estatal?	14
1.10 Qual o prazo que as entidades gestoras de sistemas municipais em modelo de gestão direta têm para se adaptarem ao RTA?	14
1.11 Estão previstos documentos complementares ao RTA?	14
1.12 Quem fiscaliza a aplicação do RTA?	15
1.13 Que informação deve ser reportada à ERSAR para efeitos da aplicação do RTA?	15
1.14 O que são e como se reportam as contas reguladas à ERSAR?	15
1.15 A ERSAR pode solicitar outras informações de natureza económico-financeira às entidades gestoras para além das contas reguladas?	16
2. SISTEMAS DE TITULARIDADE ESTATAL, EM CONCESSÃO OU DELEGAÇÃO	17
2.1 Quais as fases do processo de fixação de tarifas e rendimentos tarifários no ciclo de regulação económica?	17
2.2 Que documentos integram o reporte anual de contas reais das entidades gestoras?	17
2.3 Que documentos integram o reporte de contas previsionais das entidades gestoras?	18
2.4 Quais os serviços abrangidos pelo RTA das entidades gestoras?	18
2.5 O que é o período de regulação das entidades gestoras e qual a sua duração?	18
2.6 Como se calculam os proveitos permitidos totais das entidades gestoras?	18
2.7 Qual a estrutura tarifária preconizada no RTA para os serviços prestados em alta pelas entidades gestoras?	20
2.8 Como se calcula o custo de capital das entidades gestoras?	21
2.9 Como se determina a base de ativos regulados das entidades gestoras?	21
2.10 Como se determina a taxa de remuneração de ativos das entidades gestoras?	21
2.11 Como se determina a taxa de remuneração do capital próprio das entidades gestoras?	22
2.12 Como se determina a taxa de remuneração do capital alheio das entidades gestoras?	22
2.13 Qual é a relação de capitais próprios e capitais alheios considerados para efeitos de regulação das entidades gestoras?	23
2.14 Como se calculam as amortizações do exercício das entidades gestoras?	23
2.15 Como se determina o custo de exploração das entidades gestoras?	23
2.16 O que são indutores de custos das entidades gestoras?	24
2.17 Que outros proveitos são considerados na fórmula de proveitos permitidos totais no RTA das entidades gestoras?	25
2.18 Quais os mecanismos de incentivos que estão previstos no RTA para as entidades gestoras?	25
2.19 Que ajustamentos são realizados pela ERSAR em cada período regulatório?	25
2.20 O que se entende por Desvios de Recuperação de Gastos?	26

2.21	Quem atribui Apoios Financeiros Externos?	26
2.22	O que é o Saldo Regulatório?	27
3.	SISTEMAS DE TITULARIDADE MUNICIPAL – MODELO DE GESTÃO DIRETA	27
3.1	Quais as fases do processo de fixação de tarifas e rendimentos tarifários no ciclo de regulação económica?	27
3.2	O que é o período de regulação e qual a sua duração?	28
3.3	Quando são reportadas à ERSAR as contas reguladas?	28
3.4	Que documentos integram o reporte anual de contas reais?	29
3.5	Quais os procedimentos e que documentos integram a proposta de proveitos permitidos?	29
3.6	Que documentos integram o reporte de tarifas aprovadas para os serviços de águas?	29
3.7	Qual a estrutura tarifária e como se calculam as tarifas do serviço de abastecimento de água aplicadas a outras entidades gestoras?	30
3.8	Como se calculam os rendimentos tarifários do serviço de saneamento de águas residuais cobrados a outras entidades gestoras?	30
3.9	Qual a estrutura tarifária preconizada no RTA para os serviços de águas prestados a utilizadores finais?	30
3.10	Como se calculam as tarifas de disponibilidade e variáveis dos serviços de águas aplicadas a utilizadores finais?	31
3.11	Como se calculam as tarifas dos serviços auxiliares dos serviços de águas aplicadas a utilizadores finais?	31
3.12	Como se aplicam as tarifas de disponibilidade do serviço de abastecimento de água aos utilizadores domésticos e não domésticos?	32
3.13	Como se aplicam as tarifas de disponibilidade do serviço de saneamento de águas residuais aos utilizadores domésticos e não domésticos?	32
3.14	Como se aplicam as tarifas variáveis dos serviços de águas aos utilizadores domésticos?	33
3.15	Podem existir diferenciações nas tarifas aplicadas pelas entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta aos utilizadores finais?	33
3.16	O RTA prevê a aplicação de tarifas mais acessíveis aos utilizadores finais em situações de carência económica?	34
3.17	Quem suporta o diferencial de receitas gerado com a aplicação dos tarifários sociais das entidades gestoras de sistemas em modelo de gestão direta?	34
3.18	São previstos ajustamentos aos tarifários dos serviços de águas no sentido da sua adequação a famílias numerosas?	34

1. QUESTÕES GERAIS

1.1 Porque é necessário um Regulamento Tarifário dos serviços de águas(RTA)?

Até 2011, estavam abrangidas pela regulação dos preços as entidades gestoras concessionárias de sistemas estatais e municipais em Portugal Continental.

Sem prejuízo da intervenção da ERSAR em matéria de regulação económica, designadamente através das recomendações emitidas e da monitorização dos preços, com vista à salvaguarda dos princípios de acessibilidade económica aos serviços por parte das populações, da sustentabilidade das entidades gestoras e da transparência das regras de cálculo dos tarifários, as concessões de serviço público são atribuídas por contrato, pelo que a fixação dos preços tem sido determinada, em boa medida, pelas regras estipuladas nos respetivos contratos de concessão.

Nos sistemas multimunicipais de águas o modelo de fixação de tarifas encontra-se definido nas respetivas bases legalmente aprovadas (Decreto-Lei n.º 294/94, de 16 de novembro, 319/94, de 24 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de dezembro) e vertidas nos contratos de concessão, dos quais resulta que o cálculo da tarifa média anual de referência engloba:

- Os custos de amortizações anuais dos investimentos;
- As despesas de manutenção e reparação de bens e equipamentos afetos à concessão, as despesas gerais anuais de exploração da concessionária diretamente relacionadas com o objeto da concessão;
- Os encargos financeiros anuais decorrentes do esquema de financiamento da concessionária por capitais alheios;
- Os decorrentes de garantias e avales que onerem a sociedade;
- Os encargos fiscais anuais presumíveis correspondentes à incidência da taxa do imposto sobre os resultados antes de impostos;
- A margem anual necessária à remuneração adequada dos capitais próprios, a qual corresponde à aplicação ao capital social e reserva legal da taxa de rentabilidade das

Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos, ou outra equivalente que a venha a substituir, acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco.

Este modelo de fixação do preço, designado por “*custo do serviço*”¹, revelou algumas virtudes, como a simplicidade dos cálculos e a flexibilidade na acomodação de sucessivas alterações de condicionantes externas. Com efeito, durante os primeiros anos de atividade das concessões dos sistemas multimunicipais de águas, a ausência de experiência de exploração deste tipo de sistemas não permitiu consolidar adequadamente os estudos de viabilidade económica e financeira e os planos de investimento, que sofriam frequentes alterações, quer determinadas por inovações tecnológicas e diretivas ambientais europeias a que Portugal estava obrigado a seguir, quer porque a articulação com os municípios utilizadores dos sistemas requeria por vezes alterações aos projetos de investimentos inicialmente definidos.

Contudo, o modelo aplicado apresenta também significativos inconvenientes, nomeadamente a inexistência de uma efetiva partilha de riscos entre as partes, remetendo para a tarifa todos os impactos financeiros dos riscos operacionais, de investimento e de financiamento, e a falta de incentivos à obtenção de ganhos de eficiência.

Decorridos quase 20 anos de vigência do referido modelo de definição de tarifas e estando concluído, em grande parte, o processo de infraestruturação do País, o setor adquiriu maior maturidade e detém hoje um histórico de experiência consolidada em muitos anos de prática de gestão deste tipo de sistemas.

Adicionalmente, em 2011 verificou-se o alargamento da regulação a todas as entidades gestoras de serviços de águas, independentemente de a titularidade ser estatal ou municipal e qualquer que fosse o modelo de gestão adotado, firmado com a aprovação pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Assim, as condições de desenvolvimento do setor e a universalização da regulação entretanto ocorrida proporcionaram o ambiente propício à reflexão e à revisão do modelo de definição de tarifas no sentido de o tornar mais abrangente e aprofundar o enfoque na gestão das infraestruturas e na eficiência operacional.

¹ “*cost of service*” ou *cost plus*”.

Em 2018, vem a ERSAR apresentar um projeto de Regulamento Tarifário para os serviços de águas (adiante designado por RTA), conforme igualmente estabelecido nos seus Estatutos, e que a seguir se analisa.

O presente Regulamento Tarifário abrange dois serviços, abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas, podendo ainda ser incluídas neste último serviço as atividades de gestão de águas pluviais e de reutilização de águas residuais tratadas.

O RTA incorpora soluções que visam promover o aumento da eficiência produtiva e uma maior racionalidade nas decisões de investimento, de modo a que as tarifas reflitam apenas os custos efetivamente necessários à provisão dos serviços.

O novo modelo regulatório para efeitos de determinação de tarifas e rendimento tarifários reflete a solução de afetação dos riscos à parte melhor colocada para o gerir, considerando-se, neste caso, não ser adequado que o risco de procura seja imputado à entidade gestora, porque esta tem uma reduzida capacidade de a influenciar, pelo que tenderia a exigir condições que a prazo se revelariam penalizantes para a tarifa e rendimentos tarifários. Todos os restantes riscos correm por conta da entidade gestora, designadamente os desvios de custos da operação não justificados por variações de volumes ou por outros fatores exógenos, os desvios de gastos de investimento e de financiamento.

Em matéria de eficiência, procurou-se incentivar a entidade gestora a obter ganhos de eficiência nos custos de exploração, através da limitação dos mesmos e da exigência de metas de eficiência para os custos de financiamento e para as decisões de investimento (as quais devem estar alinhadas com as necessidades efetivas da procura e com o plano estratégico do sector), tendo como referência os melhores desempenhos no sector.

1.2 O que é o RTA?

O RTA é o documento que densifica os princípios e as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e rendimentos tarifários dos serviços públicos de águas, bem como as respetivas obrigações de prestação de informação.

1.3 Quais são os objetivos do RTA?

O RTA constitui um instrumento vinculativo de regulação económica, que visa uniformizar a formação das tarifas e dos rendimentos tarifários de cada um dos serviços, abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas, num cenário de eficiência produtiva, observando o cumprimento de princípios de cariz económico, social e ambiental, e promover o equilíbrio entre a sustentabilidade da entidade gestora e a acessibilidade económica aos serviços por parte dos seus utilizadores, num quadro de estabilidade regulatória.

Este regulamento pode representar, igualmente, um instrumento de gestão relevante para a entidade gestora, na medida em que identifica os fatores determinantes para o cálculo dos proveitos tarifários a que poderá aspirar em função do nível de atividade contratualizado.

1.4 Que entidades estão sujeitas ao RTA?

O RTA é aplicável a todas as entidades titulares e entidades gestoras prestadoras de serviços de águas que operam os sistemas de titularidade estatal e de titularidade municipal que operam em modelo de gestão direta (serviços municipais, municipalizados e intermunicipalizados).

Relativamente às restantes entidades gestoras de titularidade municipal, que operam em modelo de gestão delegada e concessionada, entendeu a ERSAR que, encontrando-se o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, em processo de revisão e sendo esperadas diversas alterações no âmbito destes modelos, afigura-se mais adequado e prudente aguardar pela conclusão deste processo, remetendo-se a regulamentação tarifária para momento ulterior.

1.5 Que princípios estão subjacentes ao RTA?

O RTA obedece aos seguintes princípios:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades;
- Promoção da equidade nas estruturas tarifárias;
- Estabilidade regulatória e tarifária;
- Valor económico da água;
- Valor social da água;
- Utilizador-pagador;

- Utilização sustentável dos recursos hídricos;
- Promoção tendencial da universalidade e da igualdade de acesso;
- Sustentabilidade económica e financeira dos serviços;
- Autonomia local;
- Garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
- Inexistência de subsidiações cruzadas entre atividades e serviços, através da adequação dos proveitos tarifários e das tarifas aos custos.

1.6 Que modelo técnico de fixação do preço está subjacente ao RTA?

Entre os modelos de regulação económica mais utilizados em atividades de serviços essenciais figuram o modelo dos custos do serviço (também conhecido por *cost-plus* ou *cost of service*), o de fixação do preço máximo permitido (*price-cap regulation*) e o de proveitos permitidos (*revenue-cap regulation*), cujos aspetos mais relevantes se descrevem de seguida:

Regulação por custos do serviço (*cost-plus* ou *cost of service regulation*)

Neste modelo, a tarifa resulta dos custos inerentes à atividade desenvolvida, de acordo com o orçamento apresentado e aprovado, e da remuneração acionista contratualizada. Todos os custos autorizados são recuperados pela tarifa.

No modelo em vigor até ao momento para os sistemas multimunicipais dos serviços de águas, a ERSAR intervém na análise dos orçamentos e projetos tarifários, apresentados quinquenalmente pelas respetivas entidades concessionárias, através de um conjunto de procedimentos regulatórios pré-estabelecidos, nomeadamente a definição de métricas de eficiência que permitem avaliar anualmente os valores aceites pela Entidade Reguladora como desvios de recuperação de gastos (diferença entre as tarifas e rendimentos tarifários aprovados e as tarifas e rendimentos tarifários necessários e eficientes). Este processo culmina com a emissão de uma decisão sobre os valores das métricas de eficiência a estabelecer para cada ano

do quinquénio. No caso das entidades gestoras Águas do Algarve e Águas de Santo André, mantém-se em vigor a lógica da definição e aprovação de tarifas anuais por parte da ERSAR.

Os critérios estabelecidos para a fixação de tarifas contemplam a necessidade de as mesmas assegurarem a remuneração adequada dos capitais próprios. De acordo com o atual modelo, a remuneração acionista resulta do produto da taxa de remuneração, obtida através da taxa de juro prevista nos respetivos contratos acrescida de um prémio de risco, pela base de capitais próprios (constituída pelo capital social e pela reserva legal).

Este modelo de remuneração revelou desvantagens relevantes, nomeadamente um maior risco de sobreinvestimento, caso a taxa de remuneração permitida seja superior ao custo de capital, ou de subinvestimento, na situação contrária, e a existência de fracos incentivos à eficiência da gestão dos serviços por parte das entidades gestoras, uma vez que a remuneração não depende do nível de eficiência.

No caso concreto do modelo contratual definido para os sistemas multimunicipais, acrescem ainda as dificuldades decorrentes:

- da inexistência de uma matriz de imputação de responsabilidades face aos riscos identificados;
- da impercetibilidade do nível de risco assumido pelas entidades gestoras e, consequentemente, a sua suscetibilidade para justificar o prémio de risco de 3%;
- do facto de a remuneração acionista ser devida independentemente dos resultados apurados permitirem ou não a sua distribuição, gerando, portanto, desvios de recuperação de gastos deficitários sempre que os mesmos sejam insuficientes.

Regulação por preços permitidos (*price-cap regulation*)

Este modelo de definição de preços fixa um limite máximo para os preços a praticar num determinado período regulatório, tendo por base a procura esperada, os custos previstos e a rentabilidade contratada. Durante cada período regulatório os preços definidos são atualizados à taxa de inflação deduzida de um fator de eficiência X definido pelo regulador.

Permite assegurar trajetórias de preços estáveis, uma vez que são estabelecidas *ex-ante*, incentivando a entidade gestora a reduzir custos e a aumentar a procura² para a maximização dos seus lucros.

Neste modelo, as entidades gestoras tendem a prever custos elevados e a subestimar os volumes³ para que a receita marginal seja superior ao custo marginal. Pode contemplar mecanismos de revisão extraordinária do limite de preços pela ocorrência de situações que a justifiquem (por exemplo, alterações legislativas que imponham a realização de investimentos não programados).

É mais adequado quando a procura possa ser significativamente influenciada por ação da entidade gestora e a atividade se caracterize pela prevalência dos custos variáveis em relação aos custos fixos, ou seja, nos casos em que o preço não é significativamente sensível às variações da procura.

Regulação por proveitos permitidos (*revenue-cap regulation*)

Neste modelo, o regulador estabelece um limite para os proveitos da entidade gestora para um dado período regulatório, sendo o preço definido implicitamente com base nos proveitos permitidos e na procura esperada.

Deste modo, é a receita, e não o preço, a restrição ativa. Este modelo é especialmente eficaz nos casos em que a procura é de difícil previsibilidade (com fraca influência da entidade gestora) as atividades apresentam estruturas de custos maioritariamente fixos e as estruturas tarifárias são complexas (como é o caso dos tarifários que contemplam utilizadores domésticos e não domésticos, componentes fixas e variáveis, com graduação por escalões de consumo).

Enquadra-se, à semelhança do modelo de fixação de preços permitidos, na regulação por incentivos, na medida em que a entidade gestora tem incentivos à redução dos custos para maximizar o seu rendimento dentro de cada período regulatório, podendo incorporar, contudo, outros mecanismos regulatórios suscetíveis de conduzir a ganhos de eficiência.

² É uma situação teoricamente admissível, mas é pouco provável que tenha expressão nos serviços de águas.

³ Pressupõe-se que o risco de procura é da concessionária.

Regulação por modelos híbridos

Podem-se equacionar diversos modelos que combinam características dos anteriores. A título de exemplo, refira-se o que estabelece proveitos máximos permitidos através de duas partes, em combinação dos dois modelos anteriores, ou seja, os considerando uma componente de custos fixos à qual é aplicada a metodologia de limite de proveitos permitidos (*revenue cap*) e uma componente de custos variáveis à qual é aplicada a metodologia de preço máximo permitido (*price cap*).

Esta forma de regulação mitiga a volatilidade de preços e dos rendimentos. No entanto, a sua aplicação torna-se mais complexa e acumula as desvantagens dos dois modelos anteriores.

A opção do regulador

Considerando que o sector das águas requer ainda requer investimentos significativos e apresenta geralmente uma prevalência de custos fixos, pretende-se, com o RTA, a promoção de uma adequada partilha de riscos, a otimização da utilização das infraestruturas existentes e o incremento de ganhos de eficiência.

Por outro lado, e à semelhança do que foi adotado para o sector dos resíduos, a ERSAR optou por considerar para a generalidade das entidades gestoras sujeitas a regulação, independentemente do seu modelo de gestão, o modelo regulatório de proveitos permitidos (*revenue cap*)⁴, que conduz à fixação de um determinado montante de proveitos permitidos totais em cada período regulatório, complementado com incentivos à superação de metas associadas ao planeamento estratégico para o sector e mecanismos potenciadores de ganhos de eficiência.

O quociente dos proveitos permitidos totais pelos volumes de água fornecida ou de águas residuais recolhidas dá origem a tarifas e rendimentos tarifários, respetivamente, no caso dos serviços “em alta”, ou a um conjunto de tarifas nos serviços “em baixa”, incluindo uma componente fixa (tarifa de disponibilidade) e uma componente variável de acordo com a estrutura tarifária definida (ver detalhes no ponto 30 desta nota).

⁴ Modelo que delimita o montante de proveitos permitidos à entidade gestora em função dos custos aceites e dos benefícios a deduzir.

Com este modelo técnico procura-se garantir a estabilidade da trajetória das receitas da entidade gestora através de um processo de definição do seu montante máximo (proveitos permitidos) e a acessibilidade económica por parte das populações, através do incremento sistemático da eficiência produtiva e da racionalidade dos investimentos.

No caso das entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal, os tarifários dos serviços de águas são definidos pelas entidades titulares de forma a refletirem a recuperação dos custos incorridos com a prestação do serviço em cenário de eficiência, incluindo o custo anual da manutenção e substituição das infraestruturas e dos equipamentos. Os custos considerados para efeitos da determinação das receitas necessárias devem ser desagregados de acordo com as atividades e fases da cadeia de valor.

1.7 Que mecanismos de eficiência estão previstos no RTA?

O RTA incorpora um conjunto de mecanismos promotores de uma maior eficiência nas diversas componentes da fórmula de apuramento dos proveitos permitidos totais, indicando-se de seguida os mais relevantes.

No que se refere ao custo de capital, o modelo que tem sido aplicado às concessões multimunicipais permite que a tarifa incorpore uma remuneração sobre os capitais próprios (capital social + reserva legal) e os encargos financeiros suportados pela entidade gestora decorrentes de todos os financiamentos obtidos, havendo reduzido espaço para a intervenção do regulador no sentido de limitar os custos desse endividamento. As alterações aos planos de investimentos são aprovadas pelo concedente e os desvios verificados, quer de prazo quer de montante, são incorporados nas tarifas, penalizando-as por via dos encargos financeiros e das amortizações anuais.

Com o RTA, o custo dos capitais (designado por CAPEX) é determinado por uma taxa média de remuneração dos capitais que incide sobre a base de ativos regulados (abreviadamente designada por BAR), ao qual acresce depois a amortização anual considerada para refletir a depreciação dos bens.

A BAR é constituída pelo conjunto de bens em utilização efetiva que concorrem direta ou indiretamente para a atividade regulada. Nem todos os bens detidos pela concessionária e

anteriormente considerados são incluídos na BAR, por não estarem integrados no ciclo das atividades reguladas desenvolvidas pela entidade gestora.

Pretende-se com a aplicação do RTA promover uma maior racionalidade nas decisões de investimento e incentivar a entidade gestora a maximizar a rentabilidade das infraestruturas, o que tenderá a traduzir-se em benefícios para a tarifa.

Ainda no âmbito da remuneração dos capitais, para cada período regulatório é definida a estrutura de capitais (capitais próprios e capitais alheios ou financiamentos bancários) considerada aceitável para efeitos de regulação, o que permite, desde logo, eliminar diferenças de remuneração pelo facto das entidades gestoras recorrerem mais ou menos a endividamento. No que respeita aos financiamentos bancários, a taxa de juro deve, ainda, enquadrar-se num referencial do setor previamente identificado pelo regulador.

Desta forma, não só se limitam os encargos financeiros aos capitais aplicados nos ativos que integram a BAR, como se limita a taxa de juro aceite para efeitos de regulação.

Os planos de investimentos futuros, não obstante serem aprovados pelo concedente ou outra entidade competente, são previamente validados pela ERSAR para efeitos de incorporação na BAR, não se admitindo desvios aos montantes e prazos definidos, salvo no que respeita a circunstâncias que não possam ser influenciadas pela entidade gestora.

Importa também referir que as amortizações se limitam ao valor de depreciação anual prevista face à respetiva vida útil e apenas são aceites para os investimentos efetivamente realizados segundo o método de quotas constantes, nos termos das taxas recomendadas pela ERSAR em Documento Complementar. Para as entidades gestoras que seguem os normativos contabilísticos para acordos de concessão de serviços, as amortizações do exercício sobre a BAR inicial de partida são calculadas dividindo a BAR, líquida de amortizações acumuladas e de subsídios por reconhecer, pelo número de anos que medeia até ao termo da concessão. Os planos de investimento futuro são amortizados de acordo com as taxas recomendadas pela ERSAR em Documento Complementar.

No modelo que tem sido aplicado aos sistemas multimunicipais, os custos operacionais (designados por OPEX) são determinados em cada ano, considerando os serviços que a entidade gestora prevê desenvolver, tendo como referência os valores históricos e com base

num orçamento aprovado, mas sendo os desvios observados em termos reais incorporados nas tarifas dos anos seguintes.

Uma das características relevantes do novo modelo consiste na possibilidade de o regulador estabelecer um limite máximo de custos aceites, não sendo incorporados desvios suscetíveis de penalizar a tarifa, a menos que sejam determinados por indutores de custos associados à variação dos volumes (vide questão 2.16 - O que são indutores de custos das entidades gestoras?).

Além disso, o regulador procurará estabelecer metas anuais de eficiência, através da definição de um fator X associado ao valor de custos aceites para cada serviço e em cada período regulatório.

O fator de eficiência X será fixado de acordo com a redução de custos considerada exequível, através de critérios como: a eficiência futura prevista para o sector, aferida por via dos custos de referência, resultantes da fronteira de eficiência definida para cada serviço do conjunto das entidades gestoras que prestam serviços em alta, e obtidos por comparação entre entidade gestoras de dimensão semelhante; a fiabilidade do serviço; a qualidade do serviço; os níveis de serviço exigidos; o impacto na posição financeira das entidades; o desempenho histórico das entidades; e o nível de atividade de cada sistema.

Acresce que para os sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta, o RTA prevê a possibilidade de definição de proveitos permitidos totais, com base em valores de referência padronizados por clusters de entidades gestoras.

1.8 Como é que se mede a acessibilidade económica do serviço?

A acessibilidade económica do serviço aos utilizadores finais domésticos é um indicador do sistema de avaliação da qualidade do serviço que se destina a avaliar a capacidade das famílias para suportarem o preço do serviço prestado pela entidade gestora. Atualmente é definido como o peso do encargo médio com os serviços de águas no rendimento médio disponível por agregado familiar na área geográfica do sistema.

Para efeitos de apuramento deste indicador são considerados os encargos com a tarifa de disponibilidade e com tarifa variável, calculados para um consumo de 10 m³ de água ou de

águas residuais recolhidas, em 30 dias, bem como o rendimento médio disponível familiar publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

1.9 A partir de quando são aplicáveis as regras estabelecidas no RTA na determinação de tarifas dos sistemas de titularidade estatal?

A aplicação das regras constantes do RTA na determinação das tarifas dos sistemas de titularidade estatal inicia-se no dia 1 de janeiro do segundo ano civil subsequente à publicação em Diário da República do RTA.

1.10 Qual o prazo que as entidades gestoras de sistemas municipais em modelo de gestão direta têm para se adaptarem ao RTA?

Para as entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta, que prestem serviços em alta (ou seja a outras entidades gestoras), o primeiro período regulatório tem início no dia 1 de janeiro do segundo ano civil subsequente à publicação em Diário da República do RTA, aplicando-se desde essa data o RTA de forma integral

As entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta que prestem serviços a utilizadores finais devem adequar os seus tarifários às regras de incidência e estrutura tarifária constantes do Error! Reference source not found. do RTA no dia 1 de janeiro do segundo ano civil subsequente à sua publicação em Diário da República.

Já a definição dos proveitos permitidos e dos valores das tarifas nos termos previstos no RTA tem um prazo de 2 anos contados a partir da comunicação por parte da ERSAR da informação sobre os clusters previstos no Regulamento.

Para efeitos de adaptação às regras previstas no RTA de determinação dos proveitos permitidos totais e dos tarifários a entidade gestora pode definir uma trajetória de convergência tarifária para minimizar o impacto decorrente da alteração do modelo de definição das tarifas.

1.11 Estão previstos documentos complementares ao RTA?

O RTA prevê a definição de um conjunto de elementos em documento complementar, sendo a emissão de documento complementar precedida de audição do Conselho Tarifário sempre que esteja em causa a definição de aspetos relevantes em matéria tarifária.

As entidades gestoras abrangidas têm também direito de audição sobre os referidos documentos complementares em sede de consulta pública dos mesmos.

1.12 Quem fiscaliza a aplicação do RTA?

A fiscalização da aplicação do RTA é da competência da ERSAR, nos termos dos respetivos estatutos. Para esse efeito, e sempre que considerar necessário, a ERSAR pode realizar ou determinar a realização de auditorias às entidades gestoras ou às entidades titulares.

O âmbito das referidas auditorias e as datas da sua realização são definidas ou aprovadas pela ERSAR e comunicadas às entidades envolvidas, com uma antecedência mínima de 5 dias úteis.

No âmbito das referidas auditorias é elaborado um relatório, sujeito a um período de contraditório junto das entidades envolvidas, sendo a versão final publicada no sítio da ERSAR⁵.

1.13 Que informação deve ser reportada à ERSAR para efeitos da aplicação do RTA?

Para efeitos de aplicação do RTA, as entidades gestoras devem reportar à ERSAR a informação económica e financeira nos termos das contas reguladas (ver ponto seguinte), bem como outras informações relativas a investimentos e de natureza operacional relevantes para efeitos de regulação económica.

1.14 O que são e como se reportam as contas reguladas à ERSAR?

As contas reguladas constituem um referencial contabilístico específico para efeitos de regulação e são constituídas por um conjunto de quadros elaborados pela entidade reguladora com o formato e detalhe necessário à sua intervenção e ajustado consoante o modelo de gestão adotado, os serviços prestados e a duração do período regulatório, de forma a obter as informações previsionais ou reais das entidades gestoras, que devem ser reportadas por estas à ERSAR nos prazos estipulados no RTA. O modelo de reporte das contas reguladas é definido em documento complementar ao RTA.

As contas reguladas destinam-se ao apuramento dos fatores que integram a fórmula de apuramento dos proveitos permitidos totais, designadamente os custos de capital, os custos de

⁵ www.ersar.pt.

exploração e os resultados de atividades complementares, entre outros, bem como ao apuramento de ajustamentos.

As entidades gestoras devem manter atualizada a contabilidade para efeitos de regulação, denominada contas reguladas, de forma a permitir a aplicação e a validação dos procedimentos fixados no RTA. As contas reguladas incluem a informação definida pela ERSAR em documento complementar, bem como a certificação das contas reguladas efetuada por Revisor Oficial de Contas.

As regras e as metodologias a que deve obedecer a elaboração das contas reguladas são definidas em documento complementar ao RTA (DC1).

O RTA prevê que a ERSAR pode, diretamente ou através de entidades credenciadas, realizar auditorias às contas reguladas apresentadas pelas entidades gestoras.

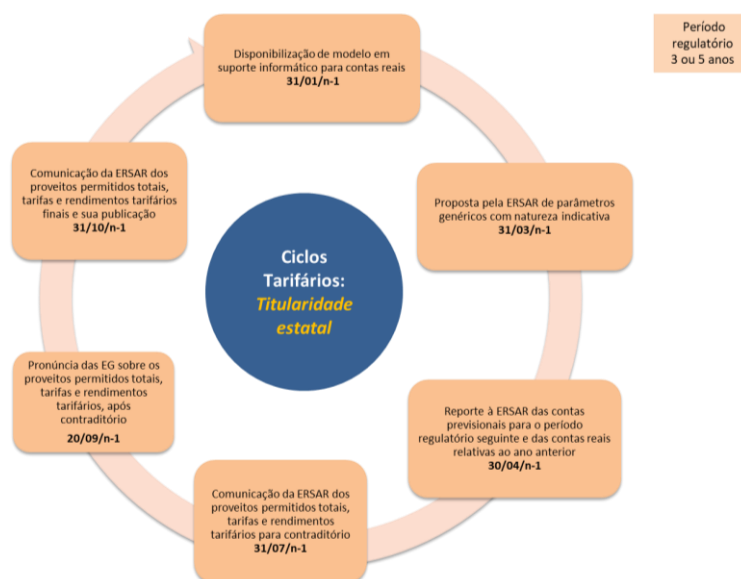
1.15 A ERSAR pode solicitar outras informações de natureza económico-financeira às entidades gestoras para além das contas reguladas?

Sempre que considere necessário, a ERSAR pode solicitar às entidades gestoras outras informações de natureza económico-financeira adicionais ou complementares às contas reguladas, fixando um prazo para a sua prestação, que não pode ser inferior a 10 dias úteis.

2. SISTEMAS DE TITULARIDADE ESTATAL, EM CONCESSÃO OU DELEGAÇÃO

2.1 Quais as fases do processo de fixação de tarifas e rendimentos tarifários no ciclo de regulação económica?

No âmbito do ciclo de regulação económica, o processo de fixação de tarifas e de rendimentos tarifários para os sistemas de titularidade estatal tem início em janeiro do ano imediatamente anterior ao primeiro ano do período regulatório seguinte, com a proposta, por parte da entidade reguladora, dos parâmetros a aplicar nesse período, e fica concluído até final desse ano com a definição dos proveitos permitidos totais, da tarifa e rendimentos tarifários resultantes, como se ilustra na figura seguinte:



2.2 Que documentos integram o reporte anual de contas reais das entidades gestoras?

O reporte anual de contas reais por parte das entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal inclui para cada serviço, entre outros, os seguintes elementos nos termos a definir pela ERSAR em documentos complementares: a BAR (base de ativos regulados), o plano de investimentos atualizado, as receitas operacionais, os custos operacionais, as receitas

adicionais, as atividades complementares e os dados operacionais referentes a volumes de atividade e a quantidades dos indutores de custos.

2.3 Que documentos integram o reporte de contas previsionais das entidades gestoras?

O reporte de contas previsionais para o período regulatório por parte das entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal inclui para cada serviço, entre outros, os seguintes elementos previsionais nos termos a definir pela ERSAR em documentos complementares: a BAR, as receitas operacionais, os custos operacionais, as receitas adicionais as atividades complementares e os dados operacionais referentes a volumes de atividade e a quantidades dos indutores de custos.

2.4 Quais os serviços abrangidos pelo RTA das entidades gestoras?

Os serviços regulados são o serviço de abastecimento público de água e o serviço de saneamento de águas residuais urbanas. No caso do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, pode estar incluída a atividade de reutilização de águas residuais tratadas. As atividades reguladas dividem-se em principais e complementares.

2.5 O que é o período de regulação das entidades gestoras e qual a sua duração?

O modelo de determinação de tarifas e rendimentos tarifários dos serviços de águas é definido, de acordo com os princípios e metodologias constantes do RTA, para um intervalo temporal designado como período de regulação.

O período de regulação dos sistemas de titularidade estatal tem a duração de 3 ou 5 anos civis, a definir pela entidade reguladora consoante o estado de maturidade das entidades gestoras, sendo que o primeiro período regulatório terá a duração de três anos.

2.6 Como se calculam os proveitos permitidos totais das entidades gestoras?

Os proveitos permitidos totais são definidos por períodos regulatórios, de acordo com as regras estabelecidas no RTA. O cálculo dos proveitos permitidos totais depende dos custos reportados pelas entidades gestoras e aceites pela ERSAR, bem como de parâmetros definidos pela ERSAR relativos ao setor e a cada entidade gestora. Apresenta-se, na figura seguinte, uma simplificação da fórmula de cálculo dos proveitos permitidos totais:



O montante dos proveitos permitidos totais é corrigido em cada período regulatório, mais propriamente, no penúltimo ano de cada período, aquando da definição dos proveitos permitidos totais do período regulatório subsequente. Não obstante, anualmente a ERSAR calcula e apura o valor total dos proveitos permitidos ajustados por força das variações observadas em volumes de atividade, nível de execução dos investimentos previstos e custos de exploração associados (cujo impacto é aferido através dos indutores de custos relevantes).

As várias componentes da fórmula de cálculo dos proveitos permitidos totais são abordadas com mais detalhe nos pontos seguintes.

2.7 Qual a estrutura tarifária preconizada no RTA para os serviços prestados em alta pelas entidades gestoras?

Para o serviço de abastecimento público de água prestado em alta, é aplicável, em cada entidade gestora, uma tarifa única⁶, variável com o volume de água fornecido/faturado que é calculada através da divisão entre os proveitos permitidos totais e aquele volume, embora o RTA dê possibilidade de se poder aplicar uma tarifa bipartida, com uma parte fixa e outra variável, para responder a eventuais situações já existentes no setor por força de contratos já celebrados.

Para o serviço de saneamento de águas residuais urbanas prestado em alta, é aplicável, em cada entidade gestora, um valor único⁶, fixo para cada ano, sendo repartido por cada município utilizador através da metodologia de caudais desfasados, ou seja, utilizando para o efeito a proporção de volume de água residual efetivamente recolhido de cada município face ao volume total recolhido de todos os municípios. Apurando a média dos últimos três anos do volume de água residual recolhido de cada município e dividindo pelo volume total de água residual recolhido de todos os municípios, obtém-se uma percentagem de repartição dos rendimentos tarifários da entidade gestora por cada um dos municípios utilizadores.

Nos sistemas de titularidade estatal, pode ainda acrescer à tarifa de abastecimento público de água e aos rendimentos tarifários de saneamento de águas residuais urbanas uma componente

⁶ Com exceção das entidades gestoras relativamente às quais tenham sido definidas trajetórias de convergência tarifária.

tarifária acrescida (CTA), constituída aquando das cisões dos sistemas agregados, que tem como objetivo contribuir para a sustentabilidade dos sistemas mais desfavorecidos. Os valores da CTA encontram-se definidos nos diplomas que constituem os sistemas financiadores.

2.8 Como se calcula o custo de capital das entidades gestoras?

O custo do capital é apurado pela soma da remuneração da BAR, das amortizações do exercício e, quando se justifique, do incentivo à manutenção de ativos em fim de vida útil.

2.9 Como se determina a base de ativos regulados das entidades gestoras?

A BAR de partida das EG dos STE é validada pela ERSAR e é constituída pelos ativos afetos à exploração de cada um dos serviços regulados e respetivas atividades complementares que se encontrem em utilização efetiva.

A BAR dos anos seguintes de cada período regulatório integra os investimentos aprovados pelo concedente e aceites pela ERSAR. Os ativos que decorram da realização de investimentos, cujo período de construção considerado seja superior a um ano integram também a BAR durante a respetiva fase de construção até à data de entrada em funcionamento ou do fim do prazo inicialmente previsto.

Os ativos totalmente amortizados que ainda se encontrem em funcionamento podem integrar a BAR pelo valor equivalente a um ano de amortização, quando se mostre adequada a extensão do seu período de utilização.

O valor da BAR para efeitos de definição de proveitos permitidos totais corresponde à média dos valores estimados para o início e fim de cada ano do período regulatório. Os ativos que a constituem são valorizados ao custo histórico aceite para efeitos regulatórios, líquido de amortizações acumuladas e de subsídios ao investimento por reconhecer, sendo o seu valor limitado ao montante aprovado pelo concedente e aceite pela ERSAR em sede de plano de investimentos.

2.10 Como se determina a taxa de remuneração de ativos das entidades gestoras?

A taxa máxima de remuneração de ativos, calculada pela ERSAR para cada período regulatório, resulta da combinação entre o custo do capital alheio e do capital próprio, refletindo

rendibilidades médias ponderadas pela estrutura de financiamento regulatória. Esta metodologia, conhecida como WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*), procura apurar o valor adequado exigível por um investidor racional para o exercício da atividade (para mais informações ver as questões 2.11 sobre a taxa de remuneração do capital próprio e 2.12. sobre a taxa de remuneração do capital alheio).

2.11 Como se determina a taxa de remuneração do capital próprio das entidades gestoras?

O cálculo do custo máximo do capital próprio aceite para efeitos de regulação resulta da aplicação do modelo conhecido por *Capital Asset Pricing Model* (CAPM). Este modelo determina o custo do capital próprio através da adição da taxa de juro sem risco a um prémio de risco do mercado ajustado por um coeficiente designado por $\beta_{\text{Capital Próprio}}$.

A taxa de juro sem risco é a taxa de rendibilidade esperada para um ativo sem risco, ou seja, é a rendibilidade que um investidor pode esperar de um ativo com rendibilidade que tenha uma variância reduzida. A taxa de juro sem risco é indicada pela ERSAR para cada período regulatório.

O prémio de risco de mercado representa o prémio inerente ao risco do ativo detido no contexto do mercado em que se enquadra a atividade, face a uma alternativa de investimento teoricamente sem risco. O prémio de risco de mercado é estimado utilizando dados financeiros disponibilizados por entidades de referência.

O coeficiente $\beta_{\text{Capital Próprio}}$ indica a correlação da rendibilidade do investimento e a rendibilidade do mercado e para o estimar é comum recorrer-se a um modelo que se baseia na observação direta do mercado.

2.12 Como se determina a taxa de remuneração do capital alheio das entidades gestoras?

A taxa máxima de remuneração do capital alheio, para cada período regulatório, é determinada pela adição da taxa de juro de referência e do *spread* ou margem bancária.

A taxa de juro de referência, para cada período regulatório, é indicada pela ERSAR e o *spread*, é fixado tendo em conta as práticas de mercado e a análise da informação sobre o custo de capital alheio de entidades portuguesas comparáveis, nomeadamente o custo médio dos seus

empréstimos bancários recentes à data do cálculo, tendo em consideração as diferentes maturidades e excluindo os empréstimos obtidos a taxas bonificadas.

2.13 Qual é a relação de capitais próprios e capitais alheios considerados para efeitos de regulação das entidades gestoras?

Para efeitos de cálculo da taxa de remuneração de ativos, o regulador define, para cada período regulatório, a relação percentual aceitável de capitais próprios e de capitais alheios no conjunto dos capitais investidos na base de ativos regulados.

2.14 Como se calculam as amortizações do exercício das entidades gestoras?

Para efeitos de contas reguladas, as amortizações do exercício são calculadas de forma distinta consoante os ativos passíveis de amortização integrem a BAR de partida ou venham a ser integrados posteriormente.

Para os ativos que integrem a BAR de partida, as amortizações do exercício são calculadas dividindo o valor registado na BAR de partida, líquido de amortizações acumuladas e de subsídios por reconhecer, pelo número de anos que medeia até ao termo da concessão.

Para os ativos que venham a integrar posteriormente a BAR, as amortizações do exercício são calculadas pelo método de quotas constantes, apuradas de acordo com as taxas e períodos de vida útil definidos em documento complementar ao RTA, e integram os proveitos permitidos deduzidas dos respetivos subsídios ao investimento a reconhecer no ano.

Por definição, o método das quotas constantes assenta no quociente apurado entre o valor de aquisição dos ativos e o número de anos considerados como vida útil do bem.

No caso da vida útil de determinado ativo ser superior ao período da concessão, mantém-se ainda assim, para efeitos regulatórios, a amortização pela vida útil do bem, considerando-se no termo da concessão um valor residual para o ativo em questão.

2.15 Como se determina o custo de exploração das entidades gestoras?

O custo de exploração representa o limite máximo aceite para efeitos de regulação do gasto a incorrer com a prestação de cada serviço em cenário de eficiência produtiva. Este montante é obtido pelo somatório dos custos com as mercadorias vendidas, fornecimentos e serviços

externos, gastos com pessoal e outros gastos e da variação resultante dos indutores de custos face ao ano base.

Para o primeiro ano de cada período regulatório, são calculados pela ERSAR os custos de exploração unitários que reflitam os custos e volumes de atividade adequados para cada entidade gestora, tendo por base o histórico da entidade, custos de referência adaptados ao sector e as projeções da própria entidade.

A atualização dos custos unitários em cada ano do período regulatório incorpora a evolução do índice harmonizado de preços no consumidor (taxa de variação do IHPC) definida pela ERSAR para o período, bem como o fator de eficiência (X), para o qual contribuem a eficiência futura prevista para o sector, a fiabilidade e a qualidade do serviço, os níveis de serviço exigidos, o impacto na posição financeira das entidades, o seu desempenho histórico, a tecnologia utilizada e o nível de atividade de cada sistema.

O fator de eficiência X é definido pela ERSAR para cada ano do período regulatório, tendo em consideração o percurso que cada entidade gestora necessitar de percorrer até atingir o nível de custos de referência resultantes da fronteira de eficiência definida para cada serviço do conjunto das entidades gestoras que prestam serviços em alta.

A fronteira de eficiência a construir para grupos de entidades gestoras com características semelhantes será disponibilizada a fundamentar a definição do fator de eficiência aquando da própria definição dos proveitos permitidos totais.

2.16 O que são indutores de custos das entidades gestoras?

Os indutores de custos são fatores considerados como relevantes na explicação dos custos. São definidos pela ERSAR, para cada serviço e período regulatório, considerando a estimativa dos custos unitários assente em custos históricos do setor, a variação das quantidades dos indutores, os custos unitários permitidos para um determinado ano, atualizados à taxa de variação prevista do IHPC e pela meta de eficiência (fator X) aplicada aos custos de exploração.

A definição dos indutores e cálculo dos respetivos valores são apresentados devidamente fundamentados em sede de definição dos proveitos permitidos totais no primeiro período regulatório.

As rubricas que podem ser relevantes para efeitos de definição dos indutores de custos são, nomeadamente, a energia, subcontratos, aquisição de água e reagentes.

2.17 Que outros proveitos são considerados na fórmula de proveitos permitidos totais no RTA das entidades gestoras?

Para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos totais, são considerados os benefícios de atividades complementares dos serviços de águas, devidamente autorizadas nos termos da legislação aplicável, bem como as receitas adicionais.

Os benefícios de atividades complementares resultam da partilha do lucro de exploração numa proporção a definir pela ERSAR. O desenvolvimento de atividades complementares pressupõe a geração de resultados de exploração positivos, não sendo aceites, para efeitos do cálculo da tarifa e rendimentos tarifários, os prejuízos que eventualmente sejam apurados.

A produção de águas residuais tratadas para reutilização pode constituir uma atividade complementar.

São receitas adicionais as que não resultam dos proveitos tarifários dos serviços principais nem das atividades complementares, como sejam as provenientes da venda de energia.

2.18 Quais os mecanismos de incentivos que estão previstos no RTA para as entidades gestoras?

No sentido de promover a eficiência dos serviços de águas, designadamente no que respeita a sustentabilidade infraestrutural e ambiental, está prevista a possibilidade de os proveitos permitidos totais incluírem um prémio para a entidade gestora.

A metodologia de cálculo dos incentivos a atribuir será apresentada em Documento Complementar e será suportada pelos indicadores da Qualidade do Serviço da ERSAR.

2.19 Que ajustamentos são realizados pela ERSAR em cada período regulatório?

Em cada período regulatório, a ERSAR realiza ajustamentos aos montantes das parcelas dos proveitos permitidos definidos no exercício anterior, considerando os valores reais apurados após o fecho das contas das entidades gestoras.

O valor da BAR e o valor das respetivas amortizações são ajustados em função da realização efetiva do plano de investimentos. Os custos de exploração são ajustados pelos indutores de

custos e pela incorporação de custos não controláveis. Os rendimentos adicionais das atividades principais são ajustados na medida do desvio face aos valores previstos.

A ERSAR revê também as previsões de rendimentos das atividades complementares consideradas para efeitos de definição dos proveitos permitidos, no primeiro período regulatório em que tais atividades sejam exercidas.

O valor dos ajustamentos incorpora a atualização financeira decorrente dos desvios apurados nos anos intercalares do período regulatório, determinado com base na EURIBOR a 6 meses, acrescida de um *spread* de curto prazo definido pela ERSAR.

2.20 O que se entende por Desvios de Recuperação de Gastos?

Entende-se por desvio de recuperação de gastos, o valor da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva. Este conceito encontra-se legislado em cada diploma que constitui os sistemas agregados e cindidos dos sistemas de titularidade estatal.

Os desvios de recuperação de gastos podem ter uma natureza deficitária ou superavitária e, com a entrada em vigor do presente Regulamento, pretende-se que os valores acumulados em balanço nas EG apenas sejam recuperados ou refletidos pelo número de anos que medeia até ao termo da concessão e não sejam gerados quaisquer novos desvios, utilizando o saldo regulatório para criar a estabilidade desejável das trajetórias tarifárias.

2.21 Quem atribui Apoios Financeiros Externos?

Os apoios financeiros externos que podem ser atribuídos às entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal, para além dos subsídios ao investimento, são provenientes de:

- a) Fundo Ambiental, a atribuir nos termos da alínea h) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, para assegurar a sustentabilidade dos serviços de águas;
- b) Componente Tarifária Acrescida (CTA), a transferir dos sistemas geridos por entidades gestoras sustentáveis económica e financeiramente para os sistemas que são estruturalmente deficitários em termos económico-financeiros, de forma a equilibrar as tarifas regionalmente. Os valores a transferir são gerados através da cobrança autónoma aos utilizadores do sistema financiador de um valor unitário previamente

definido e calculado fora do âmbito da determinação dos proveitos permitidos, e respectivas tarifas e rendimentos tarifários.

2.22 O que é o Saldo Regulatório?

Um dos princípios gerais do RTA, e função da ERSAR, é garantir a estabilidade regulatória das trajetórias tarifárias. Nesse sentido, o RTA procura minimizar variações abruptas e indesejáveis nas tarifas e rendimentos tarifários, por força da incorporação de novos investimentos (por aumento da BAR), através da constituição, reforço ou utilização de um Saldo Regulatório (positivo ou negativo, consoante o caso).

A variação deste saldo é concretizada aquando da definição dos proveitos permitidos totais para um período regulatório, que inclui igualmente a incorporação de ajustamentos aos proveitos permitidos totais definidos no período regulatório anterior, com a apresentação das contas regulatórias reais.

3. SISTEMAS DE TITULARIDADE MUNICIPAL – MODELO DE GESTÃO DIRETA

3.1 Quais as fases do processo de fixação de tarifas e rendimentos tarifários no ciclo de regulação económica?

O RTA prevê que, para as entidades que operam em modelo de gestão direta, o processo de definição dos proveitos permitidos totais, tarifas e rendimentos tarifários para os serviços prestados, em alta e em baixa, siga as seguintes fases do ciclo de regulação económica:



3.4 Que documentos integram o reporte anual de contas reais?

O reporte anual de contas reais por parte das entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta será realizado de acordo com o modelo de contas reguladas definido pela ERSAR em documento complementar ao RTA.

3.5 Quais os procedimentos e que documentos integram a proposta de proveitos permitidos?

Enquanto não forem definidos e comunicados pela ERSAR os clusters para a definição dos proveitos permitidos totais dos serviços de águas em modelo de gestão direta, vigora o regime atual de determinação de tarifas, pelo que as entidades gestoras devem submeter a parecer da ERSAR a proposta de tarifário com o respetivo suporte em termos de contas previsionais até 1 de agosto ou 15 de outubro do ano anterior a que respeitam, consoante sejam entidades gestoras que prestam os serviços em alta ou em baixa, respetivamente, através do preenchimento de ficheiro em folha de cálculo e da disponibilização de documentação complementar por via da sua submissão no Portal da ERSAR. Por opção da entidade gestora, este procedimento de reporte pode ser mantido até 2 anos após a publicação dos clusters.

A partir do momento em que a entidade adote as regras e procedimentos de definição dos proveitos permitidos nos termos previstos no RTA, a entidade gestora apenas terá de apresentar uma proposta de proveitos permitidos à ERSAR quando as respetivas receitas tarifárias não se enquadrem nos intervalos de proveitos permitidos comunicados pela ERSAR. Nesse caso a proposta de proveitos permitidos é submetida a parecer da ERSAR até 15 de novembro do ano anterior a que respeitam, devendo ser preenchido o modelo de contas reguladas definido pela ERSAR em documento complementar ao RTA. Neste caso, aplica-se o disposto no ponto 2.6. (como se calculam os proveitos permitidos totais das entidades gestoras, no capítulo respeitante aos sistemas de titularidade estatal) das presentes notas explicativas.

3.6 Que documentos integram o reporte de tarifas aprovadas para os serviços de águas?

Os seguintes documentos integram o reporte das tarifas aprovadas para os serviços de águas: cópia do tarifário, cópia da deliberação de aprovação do tarifário e informação complementar (encargos tarifários, teste de conformidade).

Os elementos acima descritos devem ser submetidos no Portal da ERSAR até 15 dias após a data de aprovação do tarifário.

3.7 Qual a estrutura tarifária e como se calculam as tarifas do serviço de abastecimento de água aplicadas a outras entidades gestoras?

Quando os serviços de águas são prestados a outras entidades gestoras é aplicável, em cada sistema, uma tarifa variável única.

O valor da tarifa variável é apurado pelo quociente entre os proveitos tarifários, em euros, e o volume de estimado de água a fornecer.

3.8 Como se calculam os rendimentos tarifários do serviço de saneamento de águas residuais cobrados a outras entidades gestoras?

O valor dos rendimentos tarifários a aplicar pelo serviço prestado a outras entidades gestoras resulta da repartição dos proveitos tarifários tendo por base a contribuição de cada utilizador no volume de água residual recolhida em alta pela entidade entre os quartos e os segundos anos anteriores ao da definição dos referidos rendimentos.

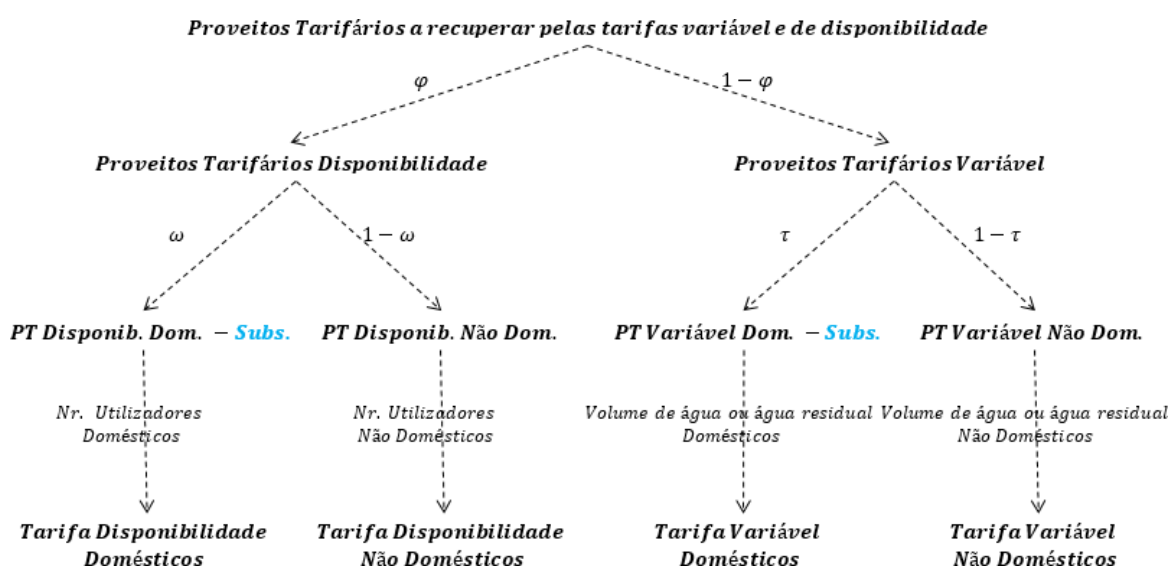
3.9 Qual a estrutura tarifária preconizada no RTA para os serviços de águas prestados a utilizadores finais?

Quando os serviços de águas são prestados a utilizadores finais a estrutura tarifária deve ser a seguinte:

- Tarifa de disponibilidade: devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por dia, devendo ser definida por níveis no caso da tarifa de abastecimento.
- Tarifa variável: devida em função do nível de utilização do serviço durante o período objeto de faturação e expressa em euros por unidade de medida, devendo ser definida por escalões.
- Tarifas de serviços auxiliares: devidas por cada serviço prestado e em função da unidade correspondente.

3.10 Como se calculam as tarifas de disponibilidade e variáveis dos serviços de águas aplicadas a utilizadores finais?

O apuramento do valor das tarifas dos serviços de águas prestados a utilizadores finais baseia-se na repartição dos proveitos tarifários por tipo de utilizador e de tarifa e respetivos quantitativos (número de utilizadores, volume estimado de água a abastecer, volume de água residual recolhida) com base na metodologia prevista no RTA que se apresenta no esquema abaixo.



Os parâmetros que determinam a repartição dos proveitos tarifários por tipologia de utilizadores (domésticos e não-domésticos) e de tarifas (disponibilidade e variável) φ , ω e τ são determinados pela entidade gestora, pese embora a ERSAR emita recomendações sobre os limites inferiores e superiores para os mesmos para cada período regulatório.

3.11 Como se calculam as tarifas dos serviços auxiliares dos serviços de águas aplicadas a utilizadores finais?

As tarifas dos serviços auxiliares devem ser definidas por tipo de serviço auxiliar e ter em conta a recuperação dos gastos incorridos pela entidade gestora com a prestação dos mesmos.

3.12 Como se aplicam as tarifas de disponibilidade do serviço de abastecimento de água aos utilizadores domésticos e não domésticos?

Aos utilizadores finais domésticos cujo fornecimento seja medido através de um instrumento de medição com caudal permanente (Q_3) igual ou inferior a $4 \text{ m}^3/\text{hora}$ é aplicável uma tarifa de disponibilidade de valor único, expressa em euros por dia, multiplicada pelo número de dias do período de consumo objeto de faturação.

Aos utilizadores finais domésticos cujo fornecimento seja medido através de um instrumento de medição com caudal permanente (Q_3) superior a $4 \text{ m}^3/\text{hora}$ é aplicável a tarifa de disponibilidade de valor idêntico à prevista para os utilizadores não domésticos, expressa em euros por dia, multiplicada pelo número de dias do período de consumo objeto de faturação.

A tarifa de disponibilidade aplicável aos utilizadores finais não-domésticos é também expressa em euros por dia, sendo multiplicada pelo número de dias do período de consumo objeto de faturação. Esta tarifa é diferenciada de forma progressiva em função do caudal permanente do contador:

- a) Nível 1: $n_1 = Q_3 \leq 4 \text{ m}^3/\text{hora}$
- b) Nível 2: $n_2 = Q_3 = 6,3 \text{ m}^3/\text{hora}$
- c) Nível 3: $n_3 = Q_3 = 10 \text{ m}^3/\text{hora}$
- d) Nível 4: $n_4 = Q_3 = 16 \text{ m}^3/\text{hora}$
- e) Nível 5: $n_5 = Q_3 \geq 25 \text{ m}^3/\text{hora}$

Sendo que a tarifa de disponibilidade definida para o nível 1 dos utilizadores não domésticos não pode ser inferior à definida para os utilizadores domésticos.

3.13 Como se aplicam as tarifas de disponibilidade do serviço de saneamento de águas residuais aos utilizadores domésticos e não domésticos?

As tarifas de disponibilidade definidas para os utilizadores domésticos e para os não domésticos têm um valor único para cada tipo de utilizador e são expressas em euros por dia.

O valor da componente de disponibilidade do serviço devido pelo utilizador resulta da multiplicação da tarifa pelo número de dias do período de consumo objeto de faturação.

3.14 Como se aplicam as tarifas variáveis dos serviços de águas aos utilizadores domésticos?

As tarifas variáveis dos serviços de águas aplicáveis aos utilizadores domésticos são definidas para cada um dos seguintes escalões de consumo para um período de 30 dias, expressos em metros cúbicos de água:

- a) 1.º escalão: de 0 m³ a 5 m³;
- b) 2.º escalão: superior a 5 m³ e até 15 m³;
- c) 3.º escalão: superior a 15 m³ e até 25 m³;
- d) 4.º escalão: superior a 25 m³.

O valor da componente variável do serviço devida pelo utilizador é calculado pela soma das parcelas correspondentes a cada escalão. As parcelas resultam da multiplicação das tarifas pelos metros cúbicos objeto de faturação após a sua alocação a cada escalão, sendo que será necessário ajustar os limites de cada escalão em função do período de consumo objeto de faturação quando este não for de 30 dias.

3.15 Podem existir diferenciações nas tarifas aplicadas pelas entidades gestoras aos utilizadores finais?

Nos tarifários aplicados ao utilizador final, é possível existir discriminação de tarifas nos seguintes casos:

- As tarifas de disponibilidade e variável dos serviços de águas são diferenciadas consoante sejam aplicáveis aos utilizadores finais domésticos ou não-domésticos;
- Em função do período do ano de modo a atender a flutuações elevadas da procura de ordem sazonal ou de escassez de recursos hídricos;
- Em função do horário de consumo, desde que disponibilizem os instrumentos de medição adequados;
- Tarifários sociais;

- Tarifários para famílias numerosas.

3.16 O RTA prevê a aplicação de tarifas mais acessíveis aos utilizadores finais em situações de carência económica?

Podem ser definidos tarifários sociais nos termos da lei desde que o respetivo financiamento seja suportado pela entidade titular. À presente data aplica-se o Decreto Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, sendo que a Recomendação n.º 02/2018 emitida pela ERSAR contém orientações sobre esta matéria.

3.17 Quem suporta o diferencial de receitas gerado com a aplicação dos tarifários sociais das entidades gestoras?

O impacto financeiro decorrente da aplicação dos tarifários sociais é assumido pela entidade titular, através da atribuição de um subsídio correspondente à diferença entre o valor da faturação que resultaria da aplicação do tarifário base e o valor resultante da aplicação do tarifário social. A solução preconizada fundamenta-se no facto de se tratar de um mecanismo de apoio de carácter social, afigurando-se mais adequado que o impacto financeiro resultante seja compensado por via dos contribuintes e não apenas pelos demais utilizadores dos serviços de águas.

3.18 São previstos ajustamentos aos tarifários dos serviços de águas no sentido da sua adequação a famílias numerosas?

O RTA determina a existência de um tarifário específico para famílias cuja dimensão ultrapasse quatro elementos.

O tarifário para famílias numerosas consiste no alargamento dos escalões da tarifa variável em 2 metros cúbicos por cada membro do agregado familiar que ultrapasse os quatro elementos.

Consideram-se membros do agregado familiar todos os residentes com domicílio fiscal na habitação servida.